

Centenas de trabalhadores bloqueiam a entrada da empresa mineira FURA



Introdução.

Neste artigo, abordamos a recente situação ocorrida na Empresa FURA, onde os funcionários da empresa de logística REEF recorreram ao bloqueio da entrada em protesto contra salários não pagos, exercendo pressão so-

bre a empresa. Essa ocorrência é de grande preocupação, pois representa uma violação dos Princípios de Negócios e Direitos Humanos, de que os Princípios Laborais são parte integrante. Comentamos essa situação e suas implicações neste artigo.



Em conclusão, a situação na empresa de logística REEF serve como um lembrete contundente dos desafios que persistem, apesar dos esforços em curso. A falta de pagamento de salários aos trabalhadores e o não cumprimento de obrigações financeiras não só violam padrões internacionais de direitos humanos, mas também destacam a urgente necessidade de quadros regulamentares robustos e mecanismos eficazes de resolução de queixas.



Analizando o incidente numa perspectiva de Negócios e Direitos Humanos

O recente bloqueio organizado por uma centena de trabalhadores da REEF, uma empresa de logística, à entrada principal do acampamento e da área de mineração onde se encontra a lavagem de rubis da FURA, com o objectivo de compelir a REEF a cumprir as suas obrigações, destaca preocupações significativas no que diz respeito à ética empresarial e aos direitos humanos.

Em primeiro lugar, a falta de pagamento de salários ao longo de três meses viola claramente o direito fundamental dos trabalhadores de receber uma compensação justa e atempada pelo seu trabalho - um princípio consagrado em normas internacionais de Direitos Humanos, ou seja, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos. O pagamento pontual de salários é um aspecto fundamental de um contrato de trabalho. Quando os empregadores não cumprem esta obrigação, isso mina a confiança e a lealdade que os trabalhadores depositaram neles. Salários atrasados enviam uma mensagem de que o empregador não prioriza o bem-estar e a segurança financeira dos seus trabalhadores. Isso não apenas prejudica os meios de subsistência dos trabalhadores afectados, mas também perpetua ciclos de pobreza e instabilidade económica dentro da comunidade.

Em segundo lugar, a falha da REEF em liquidar a sua dívida pendente de 17 milhões de meticais para com os trabalhadores, segundo o secretário do comité sindical local, suscita preocupações significativas quanto à adesão da empresa aos princípios de integridade empresarial e conduta corporativa responsável. Envolver-se em negociações de boa fé e cumprir obrigações financeiras são princípios fundamentais de conduta empresarial ética. A falha da REEF não só mancha a sua reputação, mas também perturba as operações de outras empresas envolvidas.

Além disso, o bloqueio iniciado pelos trabalhadores como forma de exercer pressão destaca o desequilíbrio de poder entre emprega-

dos e empregadores, bem como a inadequação dos mecanismos para resolver disputas laborais de forma justa e atempada. Sublinha a necessidade de quadros regulamentares mais fortes e mecanismos eficazes de queixa para abordar violações dos direitos laborais e garantir responsabilidade no sector empresarial.

A situação actual na empresa de logística REEF apresenta um caso que interliga tanto a ética empresarial como os Direitos Humanos, destacando a necessidade de mecanismos robustos para abordar tais questões. Este incidente enfatiza a urgência de alinhar as práticas empresariais com os padrões internacionais de direitos humanos e sublinha a importância do Plano de Acção Nacional (PAN) sobre Negócios e Direitos Humanos, actualmente em desenvolvimento pelo governo de Moçambique. O PAN serve como um *framework* crucial destinado a orientar empresas no respeito aos direitos humanos, alinhando-se com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos. Ele fornece um roteiro para a integração de considerações de direitos humanos nas operações comerciais e processos de tomada de decisão.

Tendo isto em conta, o projecto, liderado pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) e o Centro de Formação Jurídica e Judicial (CFJJ), assume uma importância ainda maior. O objectivo global do projecto de fortalecer as capacidades do judiciário, dos defensores dos direitos humanos e do sector privado para proteger e respeitar os direitos humanos no ambiente empresarial aborda directamente os desafios destacados no caso da REEF.

Através da colaboração com o Centro de Formação Jurídica e Judicial, este projecto não só visa melhorar a expertise legal, mas também procura cultivar uma cultura de responsabilidade e transparência no sector empresarial. Ao equipar as partes interessadas com as ferramentas e conhecimentos necessários para lidar com questões complexas de direitos humanos, como a compensação justa e a resolução de queixas, o

projecto contribui para o objectivo mais amplo de promover práticas empresariais éticas e manter padrões de direitos humanos.

Em conclusão, a situação na empresa de logística REEF serve como um lembrete contundente dos desafios que persistem, apesar dos esforços em curso. A falta de pagamento de salários aos trabalhadores e o não cumprimento de obrigações financeiras não só violam padrões

internacionais de direitos humanos, mas também destacam a urgente necessidade de quadros regulamentares robustos e mecanismos eficazes de resolução de queixas. Ao enfrentar tais desafios de frente e promover o diálogo e a cooperação entre as partes interessadas, podemos trabalhar para criar um ambiente empresarial que defenda princípios éticos, respeite os direitos humanos e contribua para o desenvolvimento sustentável e inclusivo em Moçambique.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

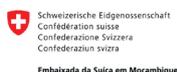
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: CDD
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

